

A América... sem o mundo

Publicação: [O Mundo em Português Nº56](#)

Data de Publicação: Setembro/Outubro de 2004

Autor: Maria João Seabra

A agenda eleitoral de George W. Bush não se distingue particularmente das políticas seguidas pela sua administração, particularmente após o 11 de Setembro, e cujo símbolo maior é a guerra no Iraque. As propostas relativas à national security – termo que, sintomaticamente, agrupa a política externa, de segurança e defesa e a luta externa contra o terrorismo – preconizam uma total liberdade de acção dos Estados Unidos para agir, mesmo militarmente, seja onde for, tirando pleno partido do seu inigualável poder.

A definição da política externa, de segurança e defesa da plataforma eleitoral de Bush incorpora exclusivamente aqueles que são considerados os interesses nacionais, aliás entendidos de forma bastante estreita, se bem que incluam as mais diversas origens geográficas de ameaças. Longe vão os tempos da participação americana na intervenção militar na Bósnia ou no Kosovo. Hoje, a defesa dos valores e dos direitos humanos, que estiveram na base dessas intervenções, não se enquadra na política da América republicana.

Esta concepção da defesa nacional não se limita a uma acção clássica de defesa territorial, confinada às fronteiras americanas – a expressão clássica do isolacionismo americano – mas preconiza a acção em qualquer ponto do globo, com base na doutrina estratégica das guerras preventivas. Não deixa de ter, porém, uma fortíssima dimensão interna, concretizada na política de homeland security, que o candidato Republicano pretende reforçar, mantendo as medidas que no pós-11 de Setembro, através do Patriotic Act, colocaram restrições às liberdades fundamentais em nome da luta anti-terrorista.

Pouco depois do 11 de Setembro, George W. Bush proferiu a frase que resume a sua acção (e as suas propostas eleitorais): quem não está com os Estados Unidos, está contra os Estados Unidos. Ilustra na perfeição o actual pensamento republicano. Em termos externos, este rumo político concretizou-se na National Security Strategy dos Estados Unidos, com três pontos centrais: defender a paz através do combate à violência de terroristas e de regimes «fora da lei»; preservar a paz pelo desenvolvimento

de uma era de boas relações entre as grandes potências mundiais; e estender a paz, pela via da ampliação dos benefícios da liberdade e da prosperidade pelo mundo.

A concretização desta estratégia, segundo as propostas eleitorais de George W. Bush, implica um papel reforçado das forças armadas americanas. Daí a proposta de aumento substancial do orçamento da defesa, de forma a permitir, entre outras coisas o desenvolvimento do sistema de defesa anti-missil e a concepção e aquisição de armamento. De acordo com as recentes declarações de George W. Bush, os EUA vão efectuar um grande movimento de tropas, que inclui a retirada de mais de 60 mil homens de bases no estrangeiro, cujo grosso virá essencialmente da Alemanha e da Coreia do Sul. Apresentada como forma de racionalizar as forças armadas e de melhor as preparar para os desafios que actualmente se colocam ao país, este movimento de tropas não deixa de ser lido como mais um passo na desvalorização das alianças tradicionais de Washington, cujas estruturas foram fortemente abaladas com o desacordo, nomeadamente entre os membros da NATO, relativamente à guerra no Iraque.

A estratégia eleitoral de George W. Bush centra-se muito na questão da segurança nacional e da luta contra o terrorismo. Afinal, este é o tema em que, de acordo com as sondagens, os americanos consideram que Bush é mais eficiente, enquanto John Kerry assume a liderança em questões internas como a economia e a saúde. A campanha republicana centra-se, assim, no destaque dado à vulnerabilidade dos EUA, que «já não estão protegidos pelos vastos oceanos», como se pode ler no site oficial de George W. Bush. Uma vulnerabilidade que gera medo, medo que por sua vez encontra nos republicanos uma resposta de firmeza e determinação – uma dureza que estaria ausente em Kerry.

Que relação entre a América e o mundo se pode esperar da reeleição de George W. Bush? Fundamentalmente, não se pode esperar nada de muito novo. Para os neo-conservadores e para os nacionalistas conservadores, seguindo a terminologia de Joseph Nye, os EUA devem assumir a sua hegemonia, pois sendo uma democracia agirão no interesse do bem, e as instituições internacionais não podem, nem devem, limitar o exercício do poder americano. A doutrina Bush pode ser classificada, como já foi, de novo-unilateralismo Nada indica que uma nova administração Bush faça um corte radical com esta doutrina, mesmo se os insucessos que ela teve, nomeadamente no Iraque, obriguem a um maior realismo e a que as Nações Unidas voltem a estar presentes nas considerações dos Republicanos. As propostas eleitorais de Bush apostam na continuidade de actuação da sua administração – uma América isolada do

mundo, não porque se feche nas suas fronteiras mas porque actua como se o resto do mundo não existisse.